

14 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Deputados

derrubam vetos de

Cida a reajustes

nos poderes

Governadora havia rejeitado textos que concediam 2,76% de aumento aos servidores do TJ, da Defensoria, da AL, do TC e do MP

Somente o líder da situação e a filha da governadora é que votaram a favor dos vetos de reajustes a servidores de cinco órgãos estaduais

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Os deputados estaduais derrubaram ontem, por absoluta maioria de votos, os vetos aos cinco projetos de lei que concediam reajustes de 2,76% aos servidores dos poderes. A governadora Cida Borghetti (PP) havia rejeitado os textos após retirar de pauta, ainda antes do recesso parlamentar, a matéria referente à data-base dos trabalhadores do Executivo, sob argumento de que a administração não dispõe de dinheiro para arcar com os compromissos. Mesmo a base aliada à pepista, contudo, foi contra ela.

O líder da situação, Pedro Lupion (DEM), deixou a bancada livre para se posicionar como bem entendesse. Com isso, além dele, apenas Maria Victoria (PP), que é filha da governadora, apoiou o governo em todas as proposições. O veto 19/2018, do TC (Tribunal de

Contas), recebeu três votos favoráveis (também de Evandro Jr., do PSDB) e 43 contrários. O veto 18/2018, do Legislativo, obteve quatro (os outros foram de Marcio Pauliki, do SD, e Plauto Miró, do DEM), 42 contrários e uma abstenção (de Delegado Recalcatti, do PSD).

O veto 17/2018, do MP (Ministério Público), foi derrubado com 42 votos contra, três a favor (Lupion, Victoria e Nelson Justus, do DEM) e uma abstenção (também de Recalcatti). Com 42 votos contrários, mas com apenas dois favoráveis (do líder da bancada e da filha de Cida) e uma abstenção (novamente de Recalcatti), foi rejeitado o veto 16/2018, que tratava dos vencimentos no TJ (Tribunal de Justiça). Finalmente, o veto 15/2018, sobre os salários da Defensoria Pública, recebeu 43 votos contrários, três favoráveis (de Victoria, Lupion e de Gilberto Ribeiro, do PP) e uma abstenção (mais uma vez do delegado).

IMPACTOS

Na justificativa dos vetos, Cida afirmava que o pagamento destas revisões (correspondentes à inflação) colocaria em risco o limite para crescimento do gasto primário do orçamento do Estado, de modo que seria insustentável sua implementação. "A governadora tomou frente do processo, fez pessoalmente a interlocução com os presidentes dos poderes, para que chegássemos a um índice razoável e que esse impacto não fosse tão grande. O que estamos falando aí é de um orçamento de um mês inteiro da segurança pública, por exemplo, um orçamento que poderia ser utilizado em outras áreas", defendeu Lupion.

CONTINUA

14 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo ele, o gasto "extra" chegaria a R\$ 180 milhões. "Independentemente de haver uma rubrica orçamentária específica e independência dos poderes, o caixa é o mesmo, a arrecadação é a mesma e é o Executivo que repassa", disse. "O País passa por uma crise sem precedência e existe uma dificuldade imensa de recomposição de caixa nos Estados. O Paraná não é diferente, apesar de termos uma condição financeira satisfatória e podermos fazer investimentos importantes nos municípios (?) Estamos falando em média salarial de R\$ 15 mil, se for pegar a base do Tribunal de Contas. Ou seja, não é 2,76% que vai fazer diferença na renda familiar dessas pessoas".

Agora, as propostas retornam à governadora, que terá 48 horas para promulgar as leis. Caso isso não aconteça no prazo estipulado, a função caberá ao presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB), que já adiantou que pretende manter a decisão do Legislativo. "Vou promulgar, claro. São de interesse de todos os servidores. Os poderes têm o seu orçamento e o que se está dando é de direito". De acordo com o tucano, no Parlamento a reposição terá um custo mensal aproximado de R\$ 1 milhão.

SAÍDA

O deputado estadual Ratinho Jr. (PSD), que controla a maior bancada da AL e que concorre ao governo em outubro justamente contra Cida, decidiu se licenciar do cargo ontem, em meio às votações dos vetos (leia abaixo). A decisão foi criticada pelo opositorista Requião Filho (MDB). "Cadê o Ratinho? Em mais uma votação polêmica ele se ausenta. Não poderia tirar sua licença amanhã? Ele foi eleito para ser deputado. Afastou-se por três anos e meio e, quando volta, mais uma vez foge ao debate".

Ainda conforme o emedebista, o resultado da votação era esperado, inclusive por Cida. "A governadora sabia que seu veto seria derrubado. Fez seu discurso, seu palanque e liberou sua bancada. Então foi feito um teatro aqui. E o funcionalismo público do Estado continua sem reajuste (?) A oposição trabalha pelos 2,76%. Ela disse que mandaria o projeto após o pleito eleitoral. Aguardamos", completou.

14 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

O veto que vota

Fascinados pelo clima eleitoral inevitável na avaliação do veto da governadora Cida Borghetti ao aumento do funcionalismo, deputados deram resposta dura por 43 a 3 pela derrubada. E agora é que vem a complicação: a governadora se nega a sancionar a matéria e se o Legislativo a promulgar ela pode ir à justiça e anular tudo, já que salário de servidor está entre as prerrogativas exclusivas do Executivo. Se é fácil para os parlamentares tomar esse tipo de decisão em cima de um pleito e próximo da campanha eleitoral, não é simples também para a governadora adotar uma decisão isolada, ainda que o placar da votação seja esmagador e não lhe ofereça qualquer conforto.

A essa altura devem pintar constitucionalistas alegando que a anulação de tudo não “cola” e que a maioria dos votos é tão esmagadora que não cabe a ameaça de sofismas como alguns enxergam as iniciativas referidas ao Judiciário. Jogar a questão da austeridade como divisor de águas não se ajusta ao primarismo das nossas práticas.

FOLHA Cidadania Programa Entrega Legal

Em três anos de funcionamento do programa Entrega Legal em Londrina, 11 bebês já foram entregues à Justiça pelas mães. O programa incentiva as mulheres com gravidez indesejada e que por inúmeros motivos não desejam ficar com o filho (a), a entregar o bebê, buscando evitar uma possível prática contra a vida dessas crianças ou a entrega delas a terceiros, sem a chancela do Judiciário, na chamada "adoção à brasileira".

Sob os cuidados da Justiça, a criança será acolhida por dez dias em uma instituição ou em uma família, para em seguida ser encaminhada para adoção.

Segundo Camila Tereza Gutzlaff, juíza titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de Londrina, desde julho de 2015, quando o programa foi implantado, 39 gestantes foram acompanhadas pelo NAE (Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente), resultando nas 11 entregas de bebês. "Não há como traçar um perfil. São mulheres entre 18 e 35 anos, vítimas de abuso sexual, usuárias de drogas, em situação de vulnerabilidade social, que engravidaram fora do casamento ou que não têm condições de criar a criança porque possui outros filhos. Cada caso é uma história", comenta.

A juíza observa que é preciso maior conscientização e divulgação do programa.

"As mulheres devem saber que esta atitude é de amor e não de abandono e a sociedade deve considerar que essas mães estão dando uma chance para a criança se desenvolver em uma família que foi preparada para acolhê-la e que espera muito por um filho (a)", ressalta.

Comete crime quem registra um bebê de outra pessoa como se fosse seu filho; além da pena de até seis anos de reclusão, a criança pode ser retirada



Ricardo Chicarelli

Tornar-se informado; passar a saber ou fazer com que alguém saiba de algo

Adoção AGENDA

Londrina - O Instituto de Apoio à Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto promove o 3º Encontro Estadual de Adoção, com discussões em torno do tema: "Cuidado, Afeto e Família: um direito de toda criança e adolescente". O evento será realizado nos dias 7 e 8 de setembro, no Hotel Crystal (rua Quintino Bocaiúva, 15) e entre os temas a serem abordados estão colocação em famílias substitutas, os desafios do processo de adoção e busca ativa de crianças e adolescentes. As inscrições podem ser feitas pelo site www.sympla.com.br/iii-encontro-paranaense-de-apoio-a-adoacao_305032.

14 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Cármem Lúcia faz elogios à Lei da Ficha Limpa

**Manifestação a favor das iniciativas populares
de iniciação à política ocorre às vésperas
do registro da candidatura de Lula**

Amanda Pupo
Agência Estado

Brasília - Às vésperas do registro da candidatura do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência nas eleições 2018, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, destacou, nesta segunda, 13, as iniciativas populares de participação na política, ressaltando a Lei da Ficha Limpa, que tornou inelegíveis cidadãos condenados na Justiça por um órgão colegiado.

Candidato do PT à Presidência da República, Lula deve ter o registro de candidatura realizado na quarta-feira, 15, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Condenado e detido na Lava Jato, contudo, o petista deve ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa, já que teve a condenação confirmada em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

"Leis eleitorais, nacionais, da maior importância, são de iniciativa popular. A chamada Lei da Ficha Limpa. Foi um conjunto de cidadãos que

levou ao Congresso Nacional aquilo que lhe parecia próprio. Uma lei considerada pela ONU como uma das melhores leis que existem", assinalou a ministra durante palestra no painel 'Democracia e poder do cidadão', no UNICEUB, em Brasília, que também contou com a presença do ministro Marco Aurélio Mello, do STF, e do ministro Tarcísio Vieira de Carvalho, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

SALÁRIOS NO STF

O advogado Carlos Alexandre Klomfahs enviou uma petição à ministra Cármem Lúcia na qual pede que ela barre o aumento dos salários dos ministros da Corte máxima. No documento, Klomfahs requer a imediata suspensão do envio do ato administrativo ao Ministério do Planejamento, por pelo menos 12 meses, até o retorno da estabilidade fiscal, política e econômica do País.

"Além do reflexo no Poder Judiciário da União, há o efeito nos Poderes Executivo e Legislativo, que não podem ter valores diferentes

entre si", afirma o advogado na petição. "Não se desconsidera a importância do Poder Judiciário (dos agentes públicos e dos agentes políticos), e uma consequente boa remuneração, muito menos a perda inflacionária e a necessidade de recomposição dos subsídios, desde que não destoem dos índices oficiais e do reajuste do salário mínimo de que depende mais de 50 milhões de brasileiros."

Além da petição, Carlos Alexandre Klomfahs entrou com uma ação popular para barrar o aumento. O pedido será julgado pela Justiça Federal em São Paulo. (Colaborou Julia Affonso/AE)

14 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Moro aceita denúncia, e Mantega vira réu na Lava Jato

Ana Luiza Albuquerque
Folhapress

Curitiba - O juiz Sergio Moro aceitou denúncia contra o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega nesta segunda-feira (13). Esta é a primeira vez em que Mantega se torna réu na Lava Jato. Moro também rejeitou denúncia contra o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, acusado pelo Ministério Público Federal na mesma peça, por entender que não há provas suficientes de envolvimento nos crimes citados.

Mantega é acusado de praticar corrupção e lavagem de dinheiro. Ele teria recebido R\$ 50 milhões da Odebrecht para atuar na edição das medidas provisórias 470 e 472, beneficiando empresas do grupo.

“Segundo a denúncia, apesar dele ter participado dos fatos e informado sobre o acerto de corrupção, consta que teria sido Guido Mantega o responsável específico pela solicitação e pela posterior utilização dos cinquenta milhões de reais decorrentes”, escreveu Moro no despacho.

Também se tornaram réus Marcelo Odebrecht e seu cunhado Maurício Ferro, Bernardo Gradin, Fernando Migliaccio, Hilberto Silva e Newton de Souza, executivos da empreiteira, e os publicitários Mônica Moura, João Santana e André Santana.

De acordo com a denúncia, entre 2008 e 2010 houve intensa negociação para solucionar questões tributárias da empresa. O objetivo, segundo o Ministério Público, era permitir o pagamento parcelado de tributos federais devidos, com redução de multa.

De saída do comando do TSE, Fux diz ter feito o possível

Leticia Casado
Folhapress

Brasília - O ministro Luiz Fux disse que realizou tudo que foi possível “não só no plano interno do tribunal como no plano externo” enquanto esteve à frente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Ele comandou nesta segunda-feira (13) sua última sessão como presidente da corte, cargo que assumiu em fevereiro deste ano.

“Se Deus permitisse que tivéssemos mais dias para realizar algo, confesso que

realizamos absolutamente tudo o que nos foi possível”, afirmou.

A ministra Rosa Weber assume a presidência do tribunal na noite desta terça-feira (14), na véspera do prazo limite para o registro das candidaturas da eleição de outubro. Ela permanece à frente do tribunal até 2020.

A gestão de Fux se concentrou em preparar a eleição de outubro e buscou maneiras de combater as fake news, as notícias falsas que se dissipam pela internet.

O ministro disse que o tribunal foi independente e que houve “dissenso, porém não discórdia” na corte.

Segundo ele, o TSE conseguiu otimizar as sessões, debater os processos e tratar as divergências no plenário. “Juntos, percorremos retas e, acima de tudo, nos apoiamos nas curvas. Isso é o que dá o sentido dessa lição de solidariedade que colhi nesse convívio no Tribunal Superior Eleitoral, quando se afirma que os tribunais são ilhas compostas por colegas”, afirmou.

14 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

FIM DE FÉRIAS

MÔNICA BERGAMO

Toffoli vai propor fim de feriados que só o Judiciário tem

O ministro Dias Toffoli, que assume a presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) em setembro, enviará ao Congresso proposta para acabar com feriados que só existem no Judiciário, como a Quarta-Feira Santa e o Dia de Todos os Santos.

O ministro Dias Toffoli, que assumirá a presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) no dia 13 setembro, enviará ao Congresso propostas para acabar com os feriados que só existem para o Judiciário.

TRIO Pelo menos três deles devem ser extintos: o de 11 de agosto, em comemoração ao Dia da Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, o de 1º de novembro, Dia de Todos os Santos, e a Quarta-Feira Santa — para juízes federais, a Páscoa começa neste dia da semana e vai até domingo.

DEBATE O magistrado está dialogando com entidades de classe para um acordo em torno da medida. O fim das férias duplas para magistrados também está em estudo.

MARTELO... O desembargador Souza Meirelles, do Tribunal de Justiça de São Paulo, condenou a Camargo Corrêa por improbidade administrativa. Ele também proibiu a construtora de firmar contratos com o poder público e de receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos.

14 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL Choque de realidade

O debate sobre privilégios do Judiciário foi parar na sala de aula de Ricardo Lewandowski, do STF. Ele foi cobrado pelas regalias pagas a juízes por um aluno que relatava as péssimas condições em que vive na Casa do Estudante, o alojamento da faculdade de direito da USP. O rapaz sugeriu que o ministro fizesse uma doação no valor do auxílio-moradia à reforma do prédio e disse que ele precisa entender que não só filhos de magistrados estudam ali, mas também os “do porteiro e da empregada”.

UNS COM TANTO Segundo relatos, o aluno pediu a palavra a Lewandowski para anunciar a criação de um fundo para melhorias no alojamento estudantil, que há anos está em situação precária. Durante a fala, ele questionou o dinheiro gasto com regalias do Judiciário e voltou as baterias contra o auxílio-moradia.

OUTROS COM POUCO O jovem disse que um mês de auxílio-moradia (R\$ 4.377) seria o suficiente para custear as bolsas de dez alunos pobres da faculdade e exortou o ministro a convencer os colegas de corte que estudaram na São Francisco a doarem o valor do benefício ao fundo pró-alojamento.

TODO OUVIDOS Lewandowski não interrompeu o estudante. Só ao final explicou que ministros do Supremo não recebem auxílio-moradia. Ele fez questão de detalhar a remuneração que recebe — o salário, que defendeu estar defasado, e eventualmente compensações por viagens.

RÉGRADO JOGO O ministro dá aulas na USP há mais de 40 anos e esta não é a primeira vez que é interpelado em sala. Ele costuma dizer que o debate é típico do ambiente acadêmico e deve ser estimulado.

ELAS POR ELAS Dirigentes de associações que representam juízes vão dizer ao ministro Luiz Fux, que relata ação que pode extinguir o auxílio-moradia, que apoiam a substituição do benefício pelo reajuste dos salários mais a criação de um adicional por tempo de magistratura.

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

Sobre a reportagem “Judiciário é o único Poder a não respeitar o limite de gasto” (Mercado, 12/8), o referido Poder é também o mais refratário ao compromisso com metas, sejam elas orçamentárias, fiscais ou de desempenho. O motivo é muito simples: a maioria de seus membros é convicta de que não deve satisfação à sociedade.

Marcelo Melgaço (Goiânia, GO)

14 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

GLEISI HOFFMANN

Presidenta nacional do Partido dos Trabalhadores e senadora (PT-PR)

Lula na urna em 7 de outubro

Só uma violência jurídica pode impedir candidatura

Milhares de pessoas estão mobilizadas para o ato de registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, nesta quarta-feira (15), em Brasília. Muitos duvidaram que chegaríamos com o candidato do povo a essa data do calendário eleitoral. Pois chegamos e iremos além: até 7 de outubro, com o nome de Lula na urna eletrônica.

Chegamos mais fortes do que desejavam os adversários. Construímos uma coligação com o PC do B e com o Pros, fizemos uma aliança com o PSB que libera importantes setores do partido para apoiar Lula, teremos apoio de governadores de outros partidos e, o mais importante: a maioria da população.

Lula não ficará sem voz enquanto permanecer injustamente preso. Registramos como vice na chapa o ex-prefeito e ex-ministro Fernando Haddad, para representá-lo nesta fase da campanha. E, quando concluirmos com êxito os trâmites do registro, a ex-deputada Manuela D'Ávila será a vice de Lula.

Temos todas as razões para seguir defendendo o direito de Lula ser candidato e o direito de o povo brasilei-

ro votar livremente, apesar dos abusos, arbitrariedades e armadilhas jurídicas que enfrentamos. Abusos confessados com desfaçatez, no último fim de semana, em entrevista do diretor da Polícia Federal ao jornal O Estado de S. Paulo.

Lula foi condenado pelas manchetes antes mesmo da ação penal. Foi processado por um juiz parcial, Sergio Moro, que nem sequer tinha jurisdição sobre o caso. Foi condenado sem provas, por "atos indeterminados", o que não existe no direito. Sua pena foi aumentada, num julgamento combinado no TRF-4, na conta exata para evitar a prescrição do crime. Foi preso ao arrepio da lei, atropelando prazos.

A cada ação contra o ex-presidente, a grande mídia alardeou o fim de sua candidatura e até de sua liderança política. Mas o que se viu nas pesquisas foi o crescimento sistemático do candidato, que representa a esperança de superação da profunda crise a que o país foi levado pelo governo de Temer e do PSDB. Tudo ao contrário do que previam.

O país percebeu que Lula não foi preso para expiar crimes que jamais

cometeu, mas para impedir que o povo o eleja mais uma vez. Não esperem que sancionemos essa violência, abrindo mão da candidatura que não pertence mais ao PT: é do povo.

Votar em Lula é a reação do povo aos que mentiram —partidos e lideranças, analistas de mercado, comentaristas do Grupo Globo—, dizendo que tudo ia melhorar quando o PT fosse apeado do poder. Aconteceu o oposto: o país andou para trás, a economia parou, a fome voltou, direitos foram retirados, a soberania nacional foi entregue.

É por isso —e por trazer bem viva a memória das conquistas alcançadas nos governos do PT— que o Brasil confia em Lula para conduzir o país de volta ao desenvolvimento com inclusão. Nenhuma outra liderança encarna tão fortemente a possibilidade real de superar a crise econômica, social e política. De dar prioridade aos trabalhadores e aos mais pobres. E não se enganem os senhores da fortuna e do poder: só ele pode conduzir o país de volta à estabilidade perdida.

Ao registrarmos o companheiro Lula, oferecemos ao país uma saída pacífica e legítima. Os precedentes da Justiça Eleitoral confirmam a legitimidade da postulação. Por que não valeriam para Lula? Só por uma violência jurídica. Se negarem esse caminho à nação, estarão assumindo as responsabilidades e consequências por fraudar a soberania do voto.

As forças democráticas muitas vezes foram capazes de derrotar o arbítrio, até mesmo em eleições manipuladas. O PT não fugirá do compromisso com o povo. Lula é quem representa esse compromisso. Ele estará na urna em 7 de outubro.

14 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO



FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

Rosa e a Ficha Limpa

14 AGO 2018

BRÁSILIA Rosa Weber tem uma visão rigorosa da Lei da Ficha Limpa. A ministra, que vai comandar o TSE no rumoroso processo de registro da candidatura de Lula, já deu pistas de que leva a sério as regras que tornam inelegíveis políticos condenados.

“A Lei da Ficha Limpa foi gestada no ventre moralizante da sociedade brasileira, que está a exigir dos poderes instituídos [...] um ‘basta’”, afirmou Rosa em 2012, durante seu primeiro julgamento de grande repercussão no Supremo.

Indicada meses antes por Dilma Rousseff para o tribunal, a ministra votou integralmente a favor da lei. Mais de uma vez, ela disse que a condenação por um colegiado de juízes é suficiente para barrar uma candidatura e que não há violação de direitos — mesmo que não estejam esgotados todos os recursos.

“O princípio da presunção de inocência, apesar de cardeal no processo penal, não pode ser compreendido como um véu que cobre a realidade e imobiliza a ação humana”, declarou a ministra.

A interpretação de Rosa se choca com os argumentos de Lula, que deve requerer nesta quarta (15) o registro de sua candidatura. Os advogados do ex-presidente afirmam que ele deve preservar seus direitos políticos porque a ação em que foi condenado não chegou à última instância.

Para a ministra, não há afronta em casos como esse, porque os recursos cabíveis após condenações em segundo grau “não comportam, como regra, efeito suspensivo”.

Rosa é considerada uma intérprete rígida da legislação. No TSE, há casos em que foi derrotada por colegas que decidiram empregar a Ficha Limpa de forma mais flexível.

O rigor também se aplica a atalhos processuais. A próxima presidente da Justiça Eleitoral emitiu sinais contrários à tentativa de acelerar a decisão que pode culminar na inelegibilidade de Lula — ao contrário de seu antecessor, Luiz Fux.

Quando o MBL pediu o veto à candidatura do ex-presidente antes mesmo de seu registro, Rosa negou. “O direito tem seu tempo”, sentenciou.

14 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

Discreta, Rosa Weber assume TSE em meio a polêmica a respeito de candidatura de Lula

Letícia Casado

BRASÍLIA Seis anos depois de ingressar no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a ministra Rosa Weber assume a presidência da corte nesta terça-feira (14) com um encontro marcado com a crise.

No dia seguinte, o PT deverá registrar a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. Militantes prometem cercar o TSE para dar massa e conteúdo político a um desafio à Justiça, particularmente ao tribunal comandado por Rosa.

Condenado em segunda instância por corrupção e lavagem de dinheiro, Lula encaixa-se às previsões de inelegibilidade previstas na Lei da Fi-

cha Limpa. Mas o ex-presidente, aproveitando-se do cipoal de recursos disponíveis, quer prolongar sua trama judicial. Desta vez, a arena será o TSE.

Ao sentar-se na cadeira central do plenário do tribunal, ladeada à direita e à esquerda por três ministros, Rosa Weber terá então um segundo momento decisivo diante do líder petista. Da primeira vez, Lula saiu derrotado.

Em abril, apesar de já ter votado contra a prisão após condenação em segunda instância, Rosa defendeu a colegialidade.

Essas características a fizeram ganhar fama de “discreta”, “dura” e “esfinge” em um dos episódios mais importantes para o Judiciário em 2018: o

MUDANÇAS NAS CORTES

Rosa Weber assume a presidência do TSE nesta terça-feira (14). Luís Roberto Barroso será seu vice.

Em setembro Dias Toffoli substituirá Cármen Lúcia na presidência do STF. A posse está prevista para o dia 13.

Julgamento do habeas corpus do ex-presidente no Supremo.

O pedido foi negado por 6 votos a 5, com Rosa formando a corrente majoritária.

Ela invocou o princípio da colegialidade e argumentou que, apesar de sua posição pessoal, o colegiado havia reafirmado a autorização para prisão após a condenação em segunda instância há pouco mais de um ano.

“Aqui já afirmei, mais de uma vez, que, compreendido o tribunal como instituição, a simples mudança de composição não constitui fator suficiente para legitimar a alteração da jurisprudência, como tampouco o são, acresço, razões de natureza pragmática ou conjuntural”, disse ela.

14 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

Moro manda prender executivos da Mendes Júnior por corrupção

CURITIBA O juiz Sergio Moro expediu mandado de prisão nesta segunda (13) contra três executivos da empreiteira Mendes Júnior, condenados em segunda instância por corrupção, lavagem e associação criminosa.

Sergio Cunha Mendes, da família proprietária da empresa, foi sentenciado a 27 anos e dois meses de prisão. Rogério Cunha Pereira, ex-diretor de Óleo e Gás, a 18 anos e nove meses. Al-

berto Elísio Gomes, também ex-diretor da área, foi condenado a 11 anos e seis meses de reclusão.

Para a Justiça, a Mendes Júnior pagou R\$ 31,5 milhões em propina para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras, chefiada por Paulo Roberto Costa, em troca de contratos com a estatal.

A lavagem de dinheiro teria ficado a cargo do doleiro Alberto Youssef. Ana Luíza Albuquerque

14 AGO 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Norma sobre fake news poderia resultar em censura, diz ministro do STF

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), destacou ontem o fato de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não ter editado uma resolução específica para tratar das notícias falsas (fake news) nas eleições deste ano. Para Marco Aurélio, que é ministro substituto do TSE, uma resolução do tipo poderia ser interpretada como censura prévia de conteúdo, o que não seria permitido pela Constituição.

“Felizmente” uma norma sobre fake news não foi aprovada, afirmou o ministro.

“As ideias são incontroláveis. O que nós precisamos é, posteriormente, diante de uma

mentira intencional - e não me refiro ao erro, e sim a uma inverdade - ter as consequências jurídicas. Mas, a priori, qualquer regulamentação soaria como censura”, disse Marco Aurélio, que nesta manhã participou de um seminário sobre democracia e eleições em uma universidade particular de Brasília.

Ele ressaltou a importância da imprensa profissional para esclarecer a população sobre informações falsas divulgadas como verdadeiras.

O ministro do TSE Tarcísio Vieira também participou o evento e comentou as fake news.

Em evento sobre eleições, Cármen Lúcia exalta Ficha Limpa

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, exaltou a participação popular e elogiou a Lei da Ficha Limpa, que disse ser umas das melhores normas legais sobre o assunto em todo mundo.

“A Lei da Ficha Limpa é de iniciativa popular, foi o conjunto de cidadãos que levou ao Congresso Nacional aquilo que lhe parecia próprio, uma lei considerada pela ONU [Organização das Nações Unidas] uma das melhores leis que existem, uma das três melhores do mundo”, ressaltou.

A declaração foi dada na abertura de um seminário sobre os desafios da democracia e das eleições, em uma universidade particular de Brasília, do qual também participaram o ministro Marco Aurélio Mello, do STF, e o ministro Tarcísio Vieira, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O ESTADO DE S. PAULO

ANA CARLA
ABRÃO

14 AGO 2018

Ironia

Aumento do STF desprezita dispositivo constitucional chamado teto de gastos

Os ministros do Supremo Tribunal Federal – agora, naturalmente, acompanhados também pelo Ministério Público – se autodeclararam merecedores de um aumento de 16,38% nos seus salários. Em valores absolutos, são R\$ 5,6 mil a mais para cada um dos 11 ministros, número que constará na proposta orçamentária de 2019, a ser apreciada pelo Congresso Nacional.

O problema não está necessariamente no valor, até porque não é fácil julgar se ganham bem ou mal nossos magistrados, tendo em vista a pouca transparência sobre seus vencimentos. Afinal, boa parte da sua remuneração está à margem da Lei de Responsabilidade Fiscal e até mesmo da Receita Federal, com adicionais de renda disfarçados de verbas indenizatórias. O problema maior está nos efeitos moral e fiscal desse aumento em momento tão crítico da economia nacional.

Do ponto de vista moral, a conta é fácil. São 13 milhões de brasileiros desempregados, consequência de uma crise que gerou uma contração de mais de 10% na renda per capita nacional. Além disso, somos o 3.º país mais desigual do mundo e, pasmem, a desigualdade de renda no setor público brasileiro é o dobro da desigualdade de renda do Brasil, segundo cálculos de Ricardo Paes de Barros, economista que entende desse problema como ninguém.

Mas talvez os argumentos morais sejam excessivamente abstratos, apesar de números tão concretos. Lancemos mão então de argumentos fiscais. Afinal, estamos falando de orçamento e, como bem citou o ministro Ricardo Lewandowski ao defender o aumento, é importante perseguir a boa prática orçamentária – em particular num país em que União, Estados e municípios enfrentam uma crise fiscal sem precedentes, com despesas crescendo de forma descontrolada.

Nossos ministros esqueceram-se que, ao elevar seus vencimentos, eles automaticamente geram, como que por um passe de mágica, a elevação das despesas de pessoal não só no âmbito da Justiça federal, mas também dos entes subnacionais, que hoje agilizam a cada fim de mês com gastos com a folha que superam 60% das suas receitas, limite definido em lei complementar que, se imagina, deveriam nossos magistrados garantir o cumprimento. Além disso, inauguraram a temporada de pressões por aumento salariais generalizados que, sabemos, pressionam os orçamentos e geram uma elevação dos gastos correntes em detrimento dos gastos com investimento.

Talvez valha a pena lembrar que boa prática orçamentária é, antes de tudo, gastar dentro dos limites da receita e alocar recursos de forma eficiente, buscando o equilíbrio fiscal de longo prazo e a sustentabilidade das contas. Boa prática orçamentária é controlar gastos correntes garantindo espaço para investimentos e o constante aprimoramento dos serviços prestados. Em particular, quando se trata de orçamento público, há algo ainda mais importante, que é garantir que o cidadão seja o principal beneficiário das ações e decisões tomadas pelos agentes públicos, considerando que, quem diria, os recursos alocados vêm do pagamento dos impostos e, portanto, do bolso desses mesmos cidadãos.

O STF talvez devesse dar o exemplo, não só garantindo o cumprimento das leis pelos outros mas, antes de tudo, por si próprio. Afinal, há muito mais do que um aumento salarial envolvido nesses 16,38%. Há o desprezo a um dispositivo constitucional chamado teto de gastos – e que o Judiciário tem sido useiro em descumprir, conforme dados da economista Vilma Pinto, do FGV/Ibre, e há âncoras fiscais que estão sendo ameaçadas e que poderão nos levar à bancarrota, sacrificando ainda mais uma população que já sofre com a ausência de serviços públicos minimamente decentes. E há o reforço do corporativismo que a cada dia mais avança sobre o direito dos cidadãos.

Ironia é dizer o contrário do que se quer expressar. Mas prefiro usar aqui da ironia socrática, que Aristóteles definiu como a técnica de fingir ignorância e questionar o interlocutor até que ele caia em contradição. A contradição é tão óbvia que só se pode imaginar que, ao defender o aumento dos seus vencimentos em nome da boa prática orçamentária, o STF está sendo no mínimo irônico com 200 milhões de brasileiros.

ECONOMISTA E SÓCIA DA CONSULTORIA OLIVER WYMAN. O ARTIGO REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DA COLUNISTA

MINISTRA 'LINHA DURA' NA CORTE

Rosa Weber assume hoje a presidência do TSE

Com notória aversão à exposição pública, a ministra Rosa Weber assume hoje a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em substituição ao ministro Luiz Fux, no crucial momento em que a Corte deve julgar um eventual registro de candidatura ao Palácio do Planalto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), condenado e preso na Lava Jato. De tão fechado, o gabinete da ministra é chamado nos bastidores de "Coreia do Norte", o que levanta dúvidas de integrantes do TSE sobre os rumos de sua gestão.

Mesmo discreta, a ministra já se posicionou de maneira mais dura que a maioria dos colegas da Corte Eleitoral. Em dezembro, por exemplo, ela entendeu haver propaganda eleitoral antecipada em vídeos em que Jair Bolsonaro (PSL-RJ) era do recepcionado em aeroportos, mas foi voto vencido.

Foi a única a defender, em julgamento, a cassação do governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB), acusado de usar o cargo para perdoar dívidas de proprietários de motocicletas no ano em que era candidato à reeleição.

Para o ministro Luís Roberto Barroso, que será vice-presidente da Corte durante a gestão de Rosa, é "um privilégio" ter uma presidente "com a integridade e a competência" dela. "Estou pronto para ser liderado pela Rosa", disse. /R.M.M.

SÍNIA RACY

Queima de ações

Tem gente achando que **Dias Toffoli**, ao assumir a presidência do STF, dia 13 de setembro, manterá a tendência de reduzir o estoque de processos da corte, que hoje está em torno dos 45 mil.

Ele tem em seu gabinete 2.171 processos - o menor número do tribunal. A exceção é a atual presidente, **Cármen Lúcia**, com apenas 188, já que quem ocupa esse cargo não recebe processos.

Ao sair da presidência, Cármen vai herdar o "pacote" de Toffoli - que havia recebido 11.101 do antecessor.

Sem fiança

Ficou de ontem para hoje a votação de importante PL na Câmara: o que permite a um delegado de polícia adotar medidas de urgência para proteger mulheres vítimas de agressão dos maridos.

Quais medidas? Uma delas, poder negar a fiança a um marido agressor, se se entender que sua liberdade põe em risco a integridade física e/ou psicológica da mulher.

14 AGO 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Moro manda prender cúpula da Mendes Jr.

Executivos, condenados em 2ª instância na Lava Jato, têm 24 horas para se apresentar

Fausto Macedo
Ricardo Brandt
Julia Affonso

O juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, mandou ontem prender a cúpula da empreiteira Mendes Júnior para o início do cumprimento da pena em segunda instância. A ordem do magistrado alcança os executivos Sérgio Cunha Mendes e Rogério Cunha Pereira, condenados por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa, e Alberto Elísio Vilaça Gomes, sentenciado por corrupção ativa e associação criminosa.

Moro autorizou, “para facilitar o cumprimento, que a autoridade policial conceda aos presos o prazo de 24 horas para se apresentarem voluntariamente, desde que apresentado compromisso expresso e por escrito subscrito pelo condenado e também pelo defensor”.

“Exaurida a segunda instância após o julgamento de embargos de declaração contra o acórdão nos infringentes, as penas devem ser executadas como previsto expressamente no julgado”, anotou o magistrado.

Neste processo, de acordo com o Ministério Público Federal, R\$ 31.472.238 foram pagos em propina pela Mendes Júnior Trading Engenharia em contra-

tos da Petrobrás para a Diretoria de Abastecimento da estatal. Segundo a força-tarefa da Lava Jato, os valores foram objeto de ocultação e dissimulação por meio do escritório do doleiro Alberto Youssef.

Moro afirmou que, “tratando-se de crimes de gravidade, inclusive corrupção e lavagem de dinheiro, de mais de R\$ 30 milhões, a execução após a condenação em segundo grau impõe-se sob pena de dar causa a processos sem fim e a, na prática, impunidade de sérias condutas criminais”.

Sérgio Cunha Mendes foi condenado a 27 anos e 2 meses de reclusão. A pena de Rogério Cunha Pereira foi de 18 anos e 9 meses. Alberto Elísio Vilaça foi sentenciado a 11 anos e 6 meses de prisão. As sentenças foram impostas pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), a segunda instância da Operação Lava Jato, em agosto do ano passado. O TRF-4 confirmou as condenações dos executivos determinadas por Moro e aumentou as penas.

“As penas foram aumentadas baseadas na culpabilidade negativa e nas circunstâncias do crime de associação criminosa”, informou o TRF-4 na época. “Obedecendo à Corte de Apelação, expeça a secretaria os mandados de prisão para execução

● **Decisão**

“A execução (da pena) após condenação em 2.º grau impõe-se sob pena de dar causa a processos sem fim e a, na prática, impunidade de sérias condutas criminais.”

Sérgio Moro

JUIZ FEDERAL

provisória da condenação de Sérgio Cunha Mendes, Rogério Cunha Pereira e Alberto Elísio Vilaça Gomes”, decidiu Moro.

Defesas. O criminalista Marcelo Leonardo, defensor de Sérgio Cunha Mendes, disse que o empresário “vai se apresentar espontaneamente”. “Estamos pedindo para que a execução provisória da pena ocorra em Brasília, no Complexo Penitenciário da Papuda, uma vez que o sr. Sérgio Cunha Mendes tem residência na capital. Ele mora em Brasília com a família.” Marcelo Leonardo informou que iria apresentar ainda ontem recursos Especial e Extraordinário, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, respectivamente, contra o acórdão do TRF-4.

CONTINUA

14 AGO 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O advogado Leonardo Marinho, que representa Alberto Elísio Vilaça, afirmou que, “a princípio”, a programação é que Vilaça cumpra a pena em Curitiba. A família do executivo, que foi diretor de Óleo e Gás da Mendes Júnior, reside em Belo Horizonte. “Ainda não avaliamos um eventual pedido de transferência para Belo Horizonte. Temos que fazer essa avaliação com o cliente e a família.”

Marinho disse que já apresentou recursos Especial e Extraordinário nos tribunais superiores. “No processo, insistimos muito, tanto na primeira instância, quanto na segunda, que a prova contra ele é a palavra de delator”, afirmou o advogado. “Estamos mostrando que uma decisão fundada somente na palavra de delator não atende aos requisitos da lei.”

A defesa de Rogério Cunha Pereira não respondeu até a conclusão desta edição.

14 AGO 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

CLAUDIO HENRIQUE DE CASTRO

A violência doméstica e familiar contra as mulheres

Vejamos os tipos de violência doméstica e familiar que as mulheres sofrem e podem tomar medidas protetivas contra o agressor que age das seguintes formas de violência:

Física: empurrar, chutar, amarrar, bater, violentar;

Psicológica: humilhar, insultar, isolar, perseguir, ameaçar;

Patrimonial: reter seu dinheiro, destruir ou ocultar seus bens e objetos, não te deixar trabalhar;

Sexual: pressionar a fazer sexo, exigir práticas que você não gosta, negar o direito a contraceptivo.

A estatística em 2015 dos tipos de violência foram as seguintes: Física (66%); Sexual (48%); Psicológica (31%); Moral (11%) e a Patrimonial (6%).

No Brasil em 2017 foram mais de 220 mil casos de violência doméstica, 606 por dia, mais de 60 mil estupros notificados e 1.133 feminicídios (assassinatos).

A violência doméstica em lesão corporal

dolosa em 2017 registrou 193 mil casos.

Não há ato de violência menor ou menos grave, toda violência praticada contra a mulher deve ser enfrentada e devidamente protegida.

Atenção, seu companheiro não irá mudar com o tempo, se você está sofrendo violência doméstica ou familiar ela pode chegar ao feminicídio, isto é, o assassinato da mulher.

O agressor sempre conta com o silêncio e o medo da vítima, por esta razão é necessário noticiar a violência, o mais rápido possível.

Sua saúde física e mental é mais importante que uma relação tóxica e perigosa.

Se você está sofrendo algum tipo de violência procure seus familiares, amigos e as autoridades competentes para relatar os fatos e se proteger, não deixe para depois.

Em caso de dúvida procure um (a) advogado (a) de sua confiança.

(Fonte: Senado Federal e Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2018).



*Claudio Henrique de Castro - Graduado em Direito (UFPR -1994), Mestrado em Direito das Relações Sociais (UFPR -2000). Especializado em Direito Administrativo (IDRFB - 2006), Direito Penal e Criminologia (ICPC - 2007). Professor Adjunto da Universidade Tuiuti do Paraná.

14 AGO 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Deputados derrubam veto para reajuste salarial de 2,76%

O projeto só deve ser novamente colocado em discussão após as eleições de outubro

Os deputados estaduais resolveram derrubar o veto ao reajuste salarial de 2,76% para servidores de cinco órgãos do estado. A votação foi realizada no início da tarde desta segunda-feira (13). Os projetos de lei que cedem o aumento a funcionários do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública e Assembleia Legislativa.

No dia 9 de julho, o re-

ajuste tinha sido confirmado pelos deputados em segunda discussão. No dia seguinte, a governadora Cida Borghetti (Progressistas) anunciou os vetos. Cida propôs reajuste de 1% a servidores do Executivo, justificando que este é o índice possível indicado por técnicos da Secretaria da Fazenda - o mesmo valor que ela pediu aos demais órgãos. Com a derrubada dos vetos, a governadora tem 48

horas, a partir do recebimento do resultado, para publicar no Diário Oficial. Caso isso não aconteça no prazo estipulado, ficará a cargo do presidente da Alep, Ademar Traiano (PSDB), promulgar os textos. Atualmente, são 310 mil servidores pertencentes ao Executivo - entre ativos, aposentados e pensionistas. A folha mensal de pagamento é de R\$ 1,7 bilhão, segundo o administração estadual. ■

14 AGO 2018

BEMPARANÁ

Petição tenta evitar aumento

O advogado Carlos Alexandre Klomfahs enviou uma petição à ministra Cármen Lúcia do Supremo Tribunal Federal (STF) ontem na qual pede que ela barre o aumento dos salários dos ministros da Corte máxima. No documento, Klomfahs requer a imediata suspensão do envio do ato administrativo ao Ministério do Planejamento, por pelo menos 12 meses, até o retorno da estabilidade fiscal, política e econômica do País.

"Além do reflexo no Poder Judiciário da União, há o efeito nos Poderes Executivo e Legislativo, que não podem ter valores diferentes entre si", afirma o advogado na petição.

"Não se desconsidera a importância do Poder Judiciário (dos agentes públicos e dos agentes políticos), e uma consequente boa remuneração, muito menos a perda inflacionária e a necessidade de recomposição dos subsídios, desde que não destoem dos índices oficiais e do reajuste do salário mínimo de que depende mais de 50 milhões de brasileiros.", afirma a petição.

14 AGO 2018

BEMPARANÁ

Ministro do TSE rejeita ação contra candidatura de Lula

Admar Gonzaga descarta barrar petista antes de registro oficial no tribunal

O ministro Admar Gonzaga, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu ontem rejeitar uma ação ajuizada pelo servidor público Charbel Elias Maroun, candidato a deputado federal pelo partido Novo em Pernambuco, com o objetivo de barrar uma eventual candidatura à Presidência da República do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O PT pretende registrar a candidatura de Lula ao Palácio do Planalto amanhã, último dia do prazo previsto no calendário eleitoral.

"Se e quando formalizado o pedido de registro, cumprirá a esta Corte, ex officio (de ofício, sem provocação das partes) ou por provocação das partes legitimadas, analisar os requisitos de elegibilidade dos pretendidos candidatos, entre os quais a arguição da inelegibilidade do requerido", escreveu Admar.

Um integrante do TSE ouvido reservadamente pela reportagem



Franklin de Freitas

Lula: TSE rejeitou ação de servidor

aponta que se uma eventual candidatura de Lula fosse rejeitada de "ofício", os prazos processuais seriam encurtados, o que poderia acelerar a conclusão do caso na Corte Eleitoral. Em sua decisão, Admar ressaltou que não é possível analisar o pedido "de forma prematura, sem observar a organicidade do processo de registro de candidatura". "É incabível a inversão da ordem natural das coisas, ou seja, a discussão prematura acerca da viabilidade de registro incerto, ainda não formalizado", afirmou

o ministro.

Registro – O TSE ainda vai avaliar se um eventual registro de Lula terá a relatoria definida por meio de sorteio eletrônico entre integrantes da Corte Eleitoral ou se será encaminhado diretamente ao ministro Admar Gonzaga.

Em tese, um pedido de registro presidencial é sorteado entre seis dos sete ministros titulares do TSE, ficando de fora quem estiver ocupando a presidência da Corte Eleitoral, que por questões regimentais não recebe esse tipo de processo.

No entanto, uma eventual distribuição "por prevenção" (no jargão jurídico) ao ministro Admar Gonzaga é cogitada por advogados eleitorais e integrantes do TSE devido ao fato de Admar já ser o relator de outros processos que envolvem a campanha do PT, entre eles uma ação do Movimento Brasil Livre (MBL) para barrar a candidatura do ex-presidente.

LavaJato. Mantega vira réu e Moro rejeita denúncia contra Palocci

O juiz federal Sérgio Moro aceitou ontem a denúncia contra o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, seis ex-representantes da empreiteira Odebrecht e os publicitários Mônica Santana, João Santana e André Santana. Eles são suspeitos dos crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, por supostamente beneficiarem empresas do grupo Odebrecht com atos que levaram à edição das medidas provisórias 470 e 471.

Moro rejeitou a denúncia contra o também ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, por falta de provas. "(...) Apesar dele ter participado dos fatos e informado sobre o acerto de corrupção, consta que teria sido Guido Mantega o responsável específico pela solicitação e pela posterior utilização dos cinquenta milhões de reais decorrentes", escreveu o juiz em seu despacho.

A denúncia foi apresentada à Justiça na sexta-feira pelo MPF (Ministério Público Federal). Segundo a força-tarefa Lava Jato do MPF, Mantega aceitou R\$ 50 milhões de Marcelo Odebrecht, ex-presidente do grupo Odebrecht, para edi-

tar medidas provisórias que permitissem a solução de questões tributárias do grupo. Criadas em 2009, as MPs 470 e 471 permitiram à Braskem, empresa do grupo Odebrecht, o pagamento parcelado de tributos federais devidos, o que havia sido negado anteriormente por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

Os R\$ 50 milhões teriam ficado à disposição de Mantega em uma conta da Odebrecht. Cerca de R\$ 15 milhões teriam sido repassados aos publicitários para serem usados pelo PT na campanha eleitoral de 2014.

Além de Mantega e dos três publicitários, viraram réus Marcelo Odebrecht e os ex-funcionários da empresa Maurício Roberto de Carvalho Ferro, Bernardo Afonso de Almeida Gradin, Fernando Migliaccio da Silva, Hilberto Mascarenhas Alves da Silva Filho e Newton Sergio de Souza.

Na sexta-feira, o advogado de Mantega, Fábio Toffic, argumentou que o caso deveria ser remetido à Justiça Eleitoral. Moro, no entanto, disse entender que há relação com a Petrobras.

Ⓜ METRO CURITIBA

Juiz determina prisão de cúpula da Mendes Júnior

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da operação Lava Jato na primeira instância, determinou ontem que Sérgio Cunha Mendes, Rogério Cunha Pereira e Alberto Elísio Vilaça Gomes, ex-executivos da empreiteira Mendes Júnior, comecem a cumprir suas penas, já que tiveram as condenações confirmadas pela segunda instância.

Mendes e Pereira foram condenados por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e associação criminosa; já Gomes foi condenado por cor-

rupção ativa e associação criminosa. Eles têm o prazo de 24 horas para se apresentar. A empresa, segundo a denúncia apresentada pelo MPF (Ministério Público Federal), pagou R\$ 31 milhões em propina para a Diretoria de Abastecimento da Petrobras em troca de contratos com a companhia.

Cunha Mendes foi condenado a 27 anos e dois meses de prisão; Pereira, a 18 anos e nove meses. Já a pena imposta a Gomes foi de 11 anos e seis meses.

Ⓜ METRO CURITIBA